

NOSSA AGECEF

O Jornal da Associação dos Gestores da Caixa - Bahia

Nº 55 - MARÇO 2019



PRESIDENTE: ANTÔNIO MESSIAS RIOS BASTOS

O futuro depende de você



Além de garantir o emprego de 85 mil brasileiros, a Caixa é responsável por políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento da nação. A instituição leva água, esgoto, infraestrutura, energia para a casa de milhões de pessoas. Defender o futuro do banco é um dever de todos. Cabe aos empregados chamar a sociedade.

Páginas 2, 3 e 4

FUNCEF

Rombo reduz R\$ 1,6 bilhão até novembro

O rombo da FUNCEF reduziu em R\$ 1,6 bilhão, ou seja, 24,6% entre janeiro e novembro de 2018, caindo para R\$ 4,9 bilhões. Segundo o balanço divulgado neste mês, a rentabilidade da renda variável e dos FIPs foram fundamentais para a queda.

Embora a notícia seja boa, se a carteira de investimento não tivesse tão concentrada em títulos públicos a diminuição do déficit seria mais acentuada. Os dados mostram que a rentabilidade dos planos foi de 11,92% ante meta de 7,54%. Os ativos de renda variável tiveram o melhor desempenho, com rentabi-

lidade de 19,17%. A Fundação mantém 1/4 dos ativos em renda variável.

O Fundo Carteira Ativa II está entre os investimentos. O ativo, que tem participação da Vale, foi contabilizado por R\$ 7,1 bilhões ante R\$ 5,4 bilhões de dezembro de 2017, variação positiva de 31,5%.

Com 14,88%, os investimentos estruturados novamente foram destaque. Nessa modalidade se enquadram os FIPs. Mas, embora apresentem a segunda maior rentabilidade, os estruturados respondem por apenas 2,7% da carteira da Fundação.



Com os números apresentados até aqui, um novo equacionamento é muito improvável. De qualquer forma, em se tratando de FUNCEF, participantes e assistidos aguardam um posicionamento oficial sobre o balanço completo de 2018.

A expectativa é grande tam-

bém sobre uma possível revisão nos planos de equacionamento atualmente em vigor. As contribuições extraordinárias têm onerado muito participantes e assistidos. Em alguns casos, chega a levar 30% da renda, comprometendo todo o orçamento familiar.

Silêncio sobre revisão do prazo de equacionamento

A FUNCEF precisa mostrar disposição em atender a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar. Em vigor há três meses, as regras ampliam o prazo para pagamento dos equacionamentos.

Até agora, a Fundação se-

gue sem se manifestar sobre as medidas. O silêncio preocupa participantes e assistidos. As contribuições extraordinárias têm causado apreensão entre os empregados da Caixa, aposentados e pensionistas. Muitos têm o orçamento com-

prometido. Mas a FUNCEF parece não se preocupar, mesmo com o cenário apontando para melhorias na Fundação.

O balanço parcial aponta um saldo positivo de R\$ 1,6 bilhão. O superávit é resultado do bom momento dos fundos

de investimento em participações (FIPs), que tem trazido a maior rentabilidade da carteira, 13%. Outros pontos contribuem para o saldo positivo, como a redução da meta atuarial de 5,5% para 4,5%, ocorrida em dezembro de 2017.

Encontro com investidores

Depois de passar o Carnaval em encontros com investidores estrangeiros, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, voltou a dar declarações sobre a venda das subsidiárias do banco. Segundo ele, a abertura de capital será histórica.

Pedro Guimarães, muito conhecido pelas políticas liberais responsáveis pela privatização de importantes empresas brasileiras, também anunciou a primeira venda. Será a Caixa Seguridade, prevista para setembro.

A intenção é levantar R\$ 15 bilhões com as transações. "No exterior, as pessoas estão falando que as operações já estão compradas", afirmou Guimarães.

A medida, no entanto, não traz benefícios ao Brasil. Pelo contrário. Reduzir a Caixa tem impacto direto nas políticas responsáveis

pela redução das desigualdades sociais verificadas até 2014.

A saída, segundo as entidades representativas dos empregados, é fortalecer o banco 100% público. Verdade. Com 4,2 mil agências, a Caixa está nos quatro cantos do país, desde os municípios de difícil acesso às grandes cidades.

O banco está presente na vida até daqueles que não têm relação direta, levando energia, rede de esgoto, asfalto e água.

ENAGECEF

Gestores debatem Caixa

Foram intensos debates, palestras, apresentação de novas ideias e propostas. Assim foi marcado o 64º ENAGECEF (Encontro Nacional dos Gestores da Caixa), realizado neste mês, em São Paulo. Marcaram presença mais de 100 associados de todas as 31 AGECEF's filiadas de todo o país, inclusive da Bahia.

A presidente do Condel, Deusinedes Mognato, destacou o momento difícil para os empregados da Caixa, que têm de conviver em um ambiente de trabalho precário, com número reduzido de pessoal, falta de transparência na retirada de função e as ameaças ao plano de saúde. Posicionamento reforçado pelo presidente da Fena, Jair Ferreira, que chamou atenção ainda para a importância em defender a Caixa 100% pública.

Todas essas demandas devem ser discutidas com o presidente do banco, Pedro Guimarães. A garantia foi dada pelo vice-presidente de Gestão de Pessoas da Caixa, Roney Granemann. Sobre contratação de novos empregados, anunciada no início do ano, disse que o único empecilho é a liberação de cinco ações públicas.

Adiantou ainda que a convocação terá como prioridade as 800 agências com me-



nos de 10 empregados. Enquanto a situação não é resolvida, a direção vai promover equalizações de pessoal nas agências. Com relação à privatização, Roney Granemann disse que a instituição não está na lista e que as aberturas de capital previstas até aqui terão os empregados como prioridade para compra de ações.

O presidente da AGECEF Bahia, Antônio Messias Bastos, vice presidente Nordeste FENAG, questionou Roney Granemann sobre a liberação dos gestores para os eventos da FENAG, a falta de assistência aos empregados em momentos de crise, a forma como estão sendo feitas as mudanças no banco.

permitindo que os associados tenham retorno sobre a solicitação, dando transparência ao processo. A FENAG deve agora encaminhar para o desenvolvimento, para que, em breve, o sistema entre em funcionamento. Da Bahia, além de Antônio Messias, o vice-presidente Carlos Alberto Costa e o diretor Sâmio Cássio de Carvalho Melo e Alexis Monteiro Otero (associado).

Propostas

No Condel, a Bahia apresentou as propostas aprovadas no ENAGECEF. Uma das proposições, novamente aprovada por unanimidade, sugere a criação de uma estrutura administrativa na FENAG com controle e repostas referentes às propostas encaminhadas nos encontros nacionais,



Líder 4.0

O 64º ENAGECEF teve espaço para outras pautas. O presidente da FENAG, Mairton Neves, ressaltou a criação da ação educacional Líder 4.0. A intenção é formar cerca de 5 mil associados. Todo o cronograma e planejamento devem ficar prontos até abril. Em maio estão previstas para começar as formações nas AGECEFs. Como a Caixa não liberou os gestores, a ação vai ocorrer aos sábados.

Saúde Caixa

Uma das principais preocupações dos empregados do banco, o Saúde Caixa teve um espaço especial no 64º ENAGECEF. A Caixa diz que a assistência médica depende do acordo coletivo de trabalho, válido até o próximo ano. Mas, o advogado da FENAG, Rogério Ferreira Borges, fez um alerta. Há normativos da Caixa que garantem a manutenção do plano de saúde com as atuais regras: o PCS 98 e o RH 001.

Sobre o CTVA, em virtude da ação do Fundo de Previdência do Barrisul, a Justiça Federal deu sentença vinculante, constatando o dano ao titular do fundo causado pela patrocinadora, mas sem culpa para o Fundo de Previdência.

Se tem debate, a AGECEF está dentro

O calendário de atividades dos bancários está definido. Os encontros definem estratégias de negociação com os bancos nas mesas específicas, já que o acordo coletivo da categoria, que tem data-base em 1º de setembro, é válido por dois anos, ou seja, até 2020.

A defesa do emprego e dos bancos públicos estarão no centro dos debates. As estatais estão na mira do governo Bolsonaro. O quadro de pessoal tem caído, as agências estão sendo fechadas, subsidiárias com anúncio de venda e os empregados submetidos à pressão. A mobilização, portanto, é fundamental.

Para os empregados da Caixa, o primeiro debate sobre a atual política do banco será no Encontro dos Bancos Públicos, marcado para o dia 1º de junho, no Hotel Portobello, Ondina. Como no ano passado, o debate faz parte



da programação da Conferência Interestadual da Bahia e Sergipe.

Duas semanas depois, dias 15 e 16 de junho, ocorre o Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (CONECEF). Por fim, entre 2 e 4 de agosto, acontece em São Paulo a 21ª Conferência Nacional dos Bancários.

Além do calendário dos congressos estaduais e nacional, estão de-

finidas também as datas das mesas específicas entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban para este semestre. A primeira reunião é sobre saúde e está marcada para 9 de abril. Um dia depois, 10 de abril, tem reunião sobre igualdade de oportunidades. Segurança bancária entre na pauta no encontro de 24 de abril.

Empregados precisam de apoio

É sempre assim. Nos momentos de crise, normalmente as empresas pulam fora e deixam o empregado desassistido. Com a Caixa não é diferente. Quando ocorre um problema, sobretudo de grande repercussão, o banco vira as costas para o bancário. E não importa qual a situação. O trabalhador que está a serviço da empresa, cumprindo regras e normas internas, acaba pagando a conta.

A política está completamente equivocada. A Caixa precisa dar apoio público aos empregados, afinal, em muitos casos, eles estão defendendo os interesses da

instituição. Se omitir, deixando o trabalhador sozinho, sem amparo nos momentos difíceis é uma prova de que para o patrão ele é apenas mais um número.



Expectativa na Caixa

As mudanças que ocorrem na Caixa, com a reestruturação da rede, dão esperança aos empregados. A expectativa é boa nas relações entre os gestores e as Superintendências.

Na Bahia, o novo superintendente Kleber Coelho Paz é muito bem visto por construir relações humanas, com ações que valorizam o trabalho dos empregados, sem deixar de lado os resultados.



Caixa tem quadro de pessoal limitado

O número de empregados do principal banco público do país foi limitado a apenas 87.250. Detalhe: a Caixa atende cerca de 84 milhões de brasileiros. A medida acende a luz vermelha. Embora, o presidente Jair Bolsonaro tenha garantido que o banco não seria privatizado, é de conhecimento que o ministro da Economia, Paulo Guedes, defende o contrário.

Ainda, de acordo com a portaria publicada no início do mês, entram na conta os empregados emprestados para a Caixa Participação (Caixapar) e para a Caixa Seguridade. A medida revoga determinação anterior, do dia 8 de janeiro, que estabelecia o número máximo de 90 mil empregados. A decisão sobrecarrega ainda mais os bancários, expondo-os à doenças ocupacionais. Estudo recente mostrou que um em cada três empregados do banco tiveram algum problema de saúde nos últimos 12 meses, 60,5% relacionados ao estresse.